

6

R

evista de História da Sociedade e da Cultura



Centro de História da Sociedade e da Cultura
Universidade de Coimbra

Palimage
Imagem Palavra



A Batalha de Aljubarrota. Novas Interpretações

João Gouveia Monteiro*

Universidade de Coimbra

Ao longo das últimas duas décadas, o nosso conhecimento do sucedido no planalto de S. Jorge na tarde de 14 de Agosto de 1385 tem sido ampliado e enriquecido com novas informações e abordagens, que de certo modo permitiram refundar uma interpretação de conjunto da Batalha de Aljubarrota. Em resultado desta evolução, perfeitamente natural em qualquer área do conhecimento científico (pois não escreveu um dia o famoso físico Richard Feynman que “a ciência é a crença na ignorância dos peritos?”), vários dos mitos e efabulações que durante muitas décadas estiveram estreitamente associados à história da batalha caíram por terra. De entre eles, permito-me destacar quatro *topoi* que, no tempo que tenho disponível para esta intervenção, suponho que seria interessante partilhar com os meus ouvintes (e, posteriormente, com os meus leitores). Faço-o na despreziosa qualidade de um entre muitos investigadores que tem dedicado alguma atenção

* Professor da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Conferência proferida em Porto de Mós, em 17 de Junho de 2005, no âmbito do Congresso “Porto de Mós – Sete Séculos”.

e até algum amor a este assunto, e com a consciência perfeita do muito que, ao longo deste processo, beneficiei com a convivência com outros autores, militares e civis, que sobre Aljubarrota têm dito e escrito coisas realmente muito interessantes e inspiradoras¹.

Os quatro tópicos que tenciono abordar nesta intervenção são fáceis de apresentar e, devo dizê-lo desde já, não são particularmente simpáticos ou populares. Em primeiro lugar, afirmo que, do ponto de vista da táctica militar, não se criou nada de novo em Aljubarrota, a receita que permitiu esmagar o exército de D. Juan I de Castela constituindo uma simples (mas genial) aplicação de um sistema de combate de matriz insular, criado pelos Ingleses na sequência das guerras que travaram no País de Gales e, sobretudo, na Escócia em finais do século XIII e nas primeiras décadas do século XIV, e por eles posteriormente testado, com sucesso, nos campos continentais, por ocasião dos primeiros grandes combates terrestres da Guerra dos Cem Anos. Deste primeiro ponto decorre uma segunda conclusão, ainda mais antipática: a de que não tem sustentação histórica a versão – que todos nós assimilámos desde os bancos da escola primária – de que, em Aljubarrota, os Portugueses terçaram armas contra um inimigo que lhes era várias vezes superior em número: pela maneira como o combate foi organizado e pelas circunstâncias que ditaram a sua eclosão e desenvolvimento, parece-me evidente que os homens de D. João I combateram de facto contra efectivos muito menos numerosos do que aquilo que habitualmente se pensa. Um terceiro ponto, igualmente impopular, leva-me a concluir que, em bom rigor, o famoso quadrado de Nun'Álvares nunca existiu, correspondendo antes a uma estilização artificial do dispositivo de combate anglo-português, feita a partir de uma leitura apressada da crónica de Fernão Lopes, que como se

¹ A este respeito, remeto o leitor para a obra de síntese “Aljubarrota Revisitada”, que tive o prazer de coordenar e que foi publicada pela Imprensa da Universidade de Coimbra no ano de 2001. Neste trabalho, o leitor encontrará também devidamente referenciadas todas as pessoas e instituições que colaboraram activamente, sob diversas formas, no desenvolvimento dos meus estudos sobre a Batalha de Aljubarrota, às quais eu gostaria de expressar uma vez mais o meu sentido agradecimento.

sabe até deixa a desejar do ponto de vista da reconstituição tática da batalha. Finalmente, defendo – com algum escândalo mas também com muita convicção – que em S. Jorge, naquele fim de tarde de Agosto, a esmagadora maioria dos homens que lutaram ao lado do *Rei da Boa Memória* e do seu Condestável não o fizeram por amor à Pátria ou por desejo de garantir a independência de Portugal, mas sim por motivações de natureza social e política muito concretas, ou por simples obrigação para com o seus senhores e para com os funcionários régios encarregados de proceder à sua mobilização na respectiva área de recrutamento.

Apresentados os quatro pontos que reúnem o essencial da minha reinterpretação da Batalha de Aljubarrota, e caso o ouvinte ou o leitor não tenha(m) desistido já de acompanhar o resto do meu raciocínio, passo de imediato à explicitação de cada um deles.

1.º – O segredo da vitória militar de D. João I no planalto de S. Jorge, a 14 de Agosto de 1385, assentou sobretudo em quatro factores:

- i) sensatez para escolher uma boa posição defensiva natural: linhas de água (ribeira da Calvaria, ribeiro de Vale de Madeiros e ribeiro de Vale da Mata); estreiteza da frente do planalto; depressões a nascente e a poente tornando difícil o acesso ao planalto a partir dos flancos;
- ii) capacidade para completar as potencialidades naturais do lugar com obstáculos artificiais improvisados no local (abatises, fossos, covas-de-lobo) nas horas que antecederam o combate;
- iii) inteligência para dissimular o conjunto do dispositivo defensivo e para induzir o inimigo na convicção de que se tratava de uma posição de recurso (o exército anglo-português aguardara de manhãzinha a aproximação do adversário numa primeira posição mais a norte, acompanhando depois a sua marcha torneante no sentido norte-sul), sem argumentos para contrariar a potencial superioridade do exército castelhano (tanto mais que o planalto de S. Jorge apresentava uma leve inclinação a favor deste, e que a posição do sol não favorecia a hoste de Nun' Álvares no ponto em que se deu o embate);
- iv) paciência para aguardar (ao sol) a investida do adversário, respondendo depois com uma manobra bem programada e articulada, onde

coube aos atiradores com arco e com besta um papel essencial no início da refrega (otimizando a surpresa devastadora provocada pelos obstáculos rasgados no terreno), tendo posteriormente os lanceiros apeados completado o processo, empurrando para dentro dos fossos os cavaleiros que conseguiram chegar, por um estreito corredor, ao contacto com a vanguarda anglo-portuguesa e lançando o pânico entre a hoste inimiga.

Ora, este modelo tático não foi concebido por Nun'Álvares Pereira para o combate de 14 de Agosto de 1385. Nas suas linhas gerais, ele fora criado décadas antes pelos Ingleses e vinha sendo aplicado com êxito na Guerra dos Cem Anos.

Se quisermos recuar um pouco na história, poderemos começar por evocar a Batalha de Courtrai, na Flandres, ferida a 11 de Julho de 1302, como o primeiro grande exemplo tardo-medieval de capacidade de um exército de infantaria para esmagar em batalha campal uma hoste de cavaleiros pesadamente armados. Com base em quê? Precisamente na escolha de uma posição defensiva forte (porque rodeada de linhas de água) completada com fossos rasgados no terreno (também eles repletos de água), ao serviço de uma hoste de infantaria e cavalaria apeada munida de armas de haste longa e que aguardou cerrada e coesa a investida dos cavaleiros ao serviço do conde Roberto de Artois (Monteiro, 2003: 43-46).

Doze anos mais tarde (a 24 de Junho de 1314), em Bannockburn (no Norte da Escócia), os Escoceses de Robert Bruce, que cercavam o castelo de Stirling, tendo tomado conhecimento da chegada de um forte exército de socorro chefiado pelo próprio Eduardo II de Inglaterra, organizaram-se para a batalha de uma forma bastante semelhante: para evitar qualquer manobra de envolvimento, escolheram um terreno plano mas rodeado de árvores e águas pantanosas, bordejado pelo ribeiro de Bannock; além disso, escavaram fossos e covas para cortar o ímpeto do ataque inimigo; depois, organizaram três ou quatro sólidas formações de infantaria e cavalaria desmontada armadas com lanças compridas ou piques e com machados, e aguardaram o ataque da cavalaria adversária. Esta não conseguiu romper as linhas inimigas, sendo forçada a repetir as cargas sem qualquer sucesso, ao mesmo tempo que os cavalos caíam nas linhas de água e nos obstáculos rasgados no solo,

para onde eram aliás empurrados pela infantaria escocesa, provocando um número elevado de baixas entre o exército de Eduardo II (Monteiro, 2003: 46-47).

Depois deste fiasco, os Ingleses reviram os seus procedimentos. Conhecedores da *débâcle* francesa em Courtrai, e sem poderem ficar indiferentes ao que lhes havia acontecido em Bannockburn, passaram a adoptar um outro comportamento tático. O novo modelo assimilava o sistema da cavalaria apeada, concedia a iniciativa do ataque ao adversário e tirava partido de uma arma temível, que os Ingleses haviam conhecido nas suas guerras em Gales, nos finais do século XIII: o arco-longo, fabricado em madeira de teixo, flexível e poderoso, apto para lançar a bem mais de 100 metros de distância virotões capazes de ferir profundamente os cavalos e de os obrigar a cair, arrastando na queda os respectivos cavaleiros. Em Dupplin Moor (a 11 de Setembro de 1332), o exército de Edward Balliol (candidato ao trono escocês, apoiado por Eduardo III de Inglaterra) derrotaria a poderosa hoste escocesa chefiada por Duncan, conde de Fife, utilizando justamente como argumento principal o poder de tiro dos seus arqueiros posicionados nas alas, o que desorganizou por completo a infantaria adversária, destruindo a sua tradicional coesão e abrindo caminho a um terrível massacre, com muitos dos mortos a sucumbirem em resultado, não de qualquer ferimento, mas sim por esmagamento ou por sufocação (Monteiro, 2003: 48-50).

No ano seguinte (em 19 de Julho de 1333), o novo modelo seria refinado em Halidon Hill: Eduardo III e Edward Balliol organizaram três unidades desmontadas, em forma ligeiramente arqueada, eventualmente completadas por uma reserva também apeada na sua retaguarda, situada diante do castelo de Berwick. No extremo das alas avançadas, colocaram os arqueiros. Aguardaram a investida da infantaria do escocês Archibald Douglas e, depois, consumaram o massacre. Numa fonte escocesa coeva pode ler-se que os Escoceses tiveram tantas hipóteses de sucesso naquele combate quanto 20 ovelhas a lutar contra cinco lobos (DeVries, 1996: 125; Monteiro, 2003: 50-51)...

Escassos quatro anos mais tarde iniciava-se a Guerra dos Cem Anos, entre a França e a Inglaterra. A primeira grande batalha terrestre teve lugar em Crécy, ao sul de Calais, no dia 26 de Agosto de 1346. Perseguido pelo rei de França (Filipe VI), Eduardo III suspendeu a fuga e escolheu

uma posição defensiva espectacular, numa zona de terraços agrícolas, rodeada por bosques e por linhas de água. Fortificou o seu acampamento, mandou desmontar os seus homens e formou com eles três unidades bastante sólidas, uma das quais provavelmente mais recuada. Provavelmente, avançou os arqueiros (talvez nos flancos e, pelo menos no início, também numa zona mais central). Aproveitando a espera, mandou cavar fossos e covas-de-lobo, que minaram o campo de batalha. Depois foi só aguardar a investida desorganizada e arrogante da pesada cavalaria inimiga, mal apoiada por atiradores genoveses que viram a tensão das suas armas fortemente prejudicada pela chuva. Tal como em Courtrai, sucederam-se as cargas da cavalaria francesa, sem qualquer sucesso. Perante a inclinação do terreno, o poder de tiro dos arqueiros ingleses (que parece terem sabido proteger as cordas dos seus arcos debaixo dos elmos, até ao momento decisivo) e a surpresa provocada pelos obstáculos escavados no campo de batalha, ao fim da tarde Filipe VI foi obrigado a retirar, deixando atrás de si um imenso número de mortos e feridos (De Vries, 1996: 155-175).

Estranhamente, ou talvez não, os Franceses não aprenderam convenientemente a lição e, dez anos mais tarde, em Poitiers (a 19 de Setembro de 1356), voltaram a deixar-se aniquilar pelo mesmo procedimento tático. É certo que, desta feita, misturaram unidades apeadas no meio da sua cavalaria. No entanto, bastou uma fuga simulada do exército do Príncipe Negro (o filho mais velho de Eduardo III) para provocar a desordem na hoste do novo rei francês, João-o-Bom, facilitando a vida aos atiradores ingleses, cujo exército de infantaria e cavalaria apeada beneficiava, uma vez mais, de uma posição defensiva fortíssima, com bosques e linhas de água a evitar qualquer manobra de envolvimento pelo adversário. Não tendo reconhecido convenientemente esta posição inimiga, não tendo querido apoiar as suas unidades de cavalaria apeada com bons grupos de atiradores com arco ou com besta, tendo permitido o lançamento de um ataque excessivamente repentino e mal coordenado (com as diversas unidades demasiado longe umas das outras), João-o-Bom assistiria impotente à morte de uns três milhares de Franceses, enquanto ele próprio, acompanhado por cerca de um milhar de nobres, cairia num vergonhoso cativo que o levaria, sem honra nem glória, até às prisões do outro lado da Mancha (Monteiro, 2003: 56-58).

Ora, basta evocar estes casos para compreendermos como a Batalha de Aljubarrota, onde aliás interveio um contingente inglês bastante volumoso (pelo menos 800 homens), não é senão um elo mais desta cadeia de sucessos da chamada “táctica militar inglesa”, que haveria ainda de prolongar-se, pelo menos, até Outubro de 1415 (Batalha de Azincourt). Em Aljubarrota, do lado do exército anglo-português, temos cavalaria desmontada combatendo ao lado da infantaria, temos atiradores com arco-longo e com besta, temos uma posição defensiva natural muito interessante e que já acima recordámos nas suas linhas gerais, temos fossos, covas-de-lobo e, provavelmente, abatises, temos a iniciativa do ataque a ser concedida ao adversário, temos a surpresa e o pânico a grassar no seio do exército de D. Juan I (apanhado de imprevisto pelos obstáculos), e, a acreditar em Fernão Lopes, temos até “moortos [que] nom tijnhem ferida nenhuuma”, ou seja, tal como em Dupplin Moor, baixas por insuficiência cardíaca ou respiratória! Deste ponto de vista, o relato (ainda tão ignorado, em parte devido à sua redacção em francês medieval) de Froissart é absolutamente esclarecedor, e os achados de Afonso do Paço (em 1958-60), e mais tarde os de Helena Catarino (1999), no campo de batalha, assim como os resultados da análise paleobiológica (por Eugénia Cunha e sua equipa) do espólio osteológico depositado no Departamento de Antropologia da Universidade de Coimbra (apontando claramente para a violência do combate e para a invulgaridade dos golpes desferidos) parecem comprovar o essencial da narrativa do grande cronista francês. Aljubarrota foi uma imensa chacina, consumada em menos de uma hora e com baixas pesadíssimas entre o exército franco-castelhano, ao ponto de mergulhar o reino de Castela em luto profundo até ao Natal de... 1387 (Monteiro *et alii*, 2001, *passim*; Monteiro, 2003: 82-118).

Não pretendo, com isto, retirar qualquer mérito ao comando militar de Nun’Álvares Pereira, mas apenas recordar que a presença de um tão volumoso contingente militar inglês em S. Jorge não pode ter deixado de influenciar o modelo táctico adoptado na batalha, tanto mais que muitos desses homens eram veteranos da Guerra dos Cem Anos. Nun’Álvares Pereira teve, sem dúvida, a inteligência necessária para perceber as potencialidades desse modelo e a genialidade suficiente para saber aplicá-lo eficazmente às condições concretas do planalto de S. Jorge. E só por isso ele é credor da nossa profunda admiração.

2.º – Disse de início que, na hora de provar as armas, os Portugueses (e seus auxiliares britânicos) não eram provavelmente menos do que os Castelhanos (e seus aliados gauleses). Significa isto que as duas hostes dispunham de um número semelhante de efectivos? De modo algum. Tenho por certo que o exército castelhano era bastante superior em número ao seu adversário (talvez uns 20.000 homens, contra menos de 10.000, incluindo os não-combatentes). O que pretendo dizer é que *nem todos os efectivos de D. Juan I tomaram realmente parte na batalha*. Por duas razões principais.

Primeiro, porque a coluna de marcha castelhana, vinda de Leiria, tinha decerto muitos e muitos quilómetros de extensão (Monteiro, 1998: 231), e, à hora a que se deu o ataque, uma boa parte dela ainda não podia ter alcançado a Esplanada de Chão da Feira (onde a testa da coluna de D. Juan I deve ter chegado já depois das 17h00 do dia 14 de Agosto de 1385, ou seja escassas uma ou duas horas antes do início da refrega). Muito provavelmente, no momento do combate, a cauda da coluna castelhana devia marchar ainda muitos quilómetros a norte de S. Jorge, quiçá na região da Azóia. Só o voluntarismo dos jovens nobres franceses e castelhanos que acompanhavam D. Juan I, assim como a grave doença deste, que o incapacitava de exercer um comando efectivo sobre os seus homens, podem explicar a pressa em desencadear o ataque sem esperar sequer pela chegada de uma parte importante do seu próprio exército.

Em segundo lugar, não há dúvida de que, mesmo entre os homens que estavam já em Chão da Feira, uma parte deles não conseguiu participar na batalha, devido à configuração e estreiteza do planalto de S. Jorge. Pero López de Ayala, testemunha ocular do prélio, di-lo claramente, ao recordar os resultados da sua missão de espionagem no acampamento de Nun'Álvares e os conselhos que, em conformidade, deu ao monarca de quem era chanceler: “E señor, qualquier ome lo puede ver, que las dos alas de la vuestra batalla, desde que la avanguardia moviere para pelear, van topar en unos valles que tienen delante, e non pueden llegar a los enemigos, nin ayudar a los suyos de la vuestra avanguardia”. D. Juan I não terá valorizado esta advertência, pelo que “(...) así fue, segund que algunos avían rescelo, que las dos alas de la batalla del rey non pudieron pelear, que cada una dellas falló un valle que non pudo pasar, e la vanguardia del rey peleó sin

acorro de las sus alas” (“Crónica del Rey Don Juan Primero”, Año Séptimo, 1385, cap. XIV, pp. 600-601). O próprio rei de Castela confirma esta ideia da estreiteza da frente de batalha, provocada pelos barrancos e linhas de água, ao escrever, na carta que enviou à cidade de Múrcia escassos 15 dias após o desastre, que “despues que los nuestros se vieron frente á frente com ellos, fallaron tres cosas: (...) é la tercera, que la frente de su escuadron estava tan cercada por los arroyos que la tenían al rededor, que non avia de frente de trescientas é quarenta á quatrocientas lanzas” (c. 300 a 360 metros: Monteiro, 2001: 200-201).

Em síntese, a posição portuguesa, e decerto também a maneira como ela foi otimizada mediante a construção de obstáculos artificiais, impediu efectivamente a participação no combate de uma parte significativa dos homens de D. Juan I que já tinham alcançado a esplanada de Chão da Feira.

Deste modo, conjugando os dois factores, não resta senão concluir que aquilo que era uma inferioridade numérica potencial clara do exército anglo-português, se transformou, na hora da verdade, num razoável equilíbrio, senão mesmo numa certa vantagem da hoste de D. João I, explicando, não só a vitória desta, como também a rapidez com que ela foi obtida e a forma arrasadora como foi consumada (e que os ossos encontrados numa vala comum a sul da capela de S. Jorge por Afonso do Paço, em Fevereiro de 1958, ainda hoje cruelmente documentam).

Não vale, portanto, a pena continuar a imaginar braços hercúleos de vigorosos lusitanos derrubando catadupas de inimigos de língua castelhana, numa proporção de um para quatro, de um para cinco ou mesmo de um para sete, como por vezes ainda se ouve, se lê e se gosta de repetir. A diferença esteve mais na inteligência do que na força bruta, honra seja feita àqueles que protagonizaram a chacina.

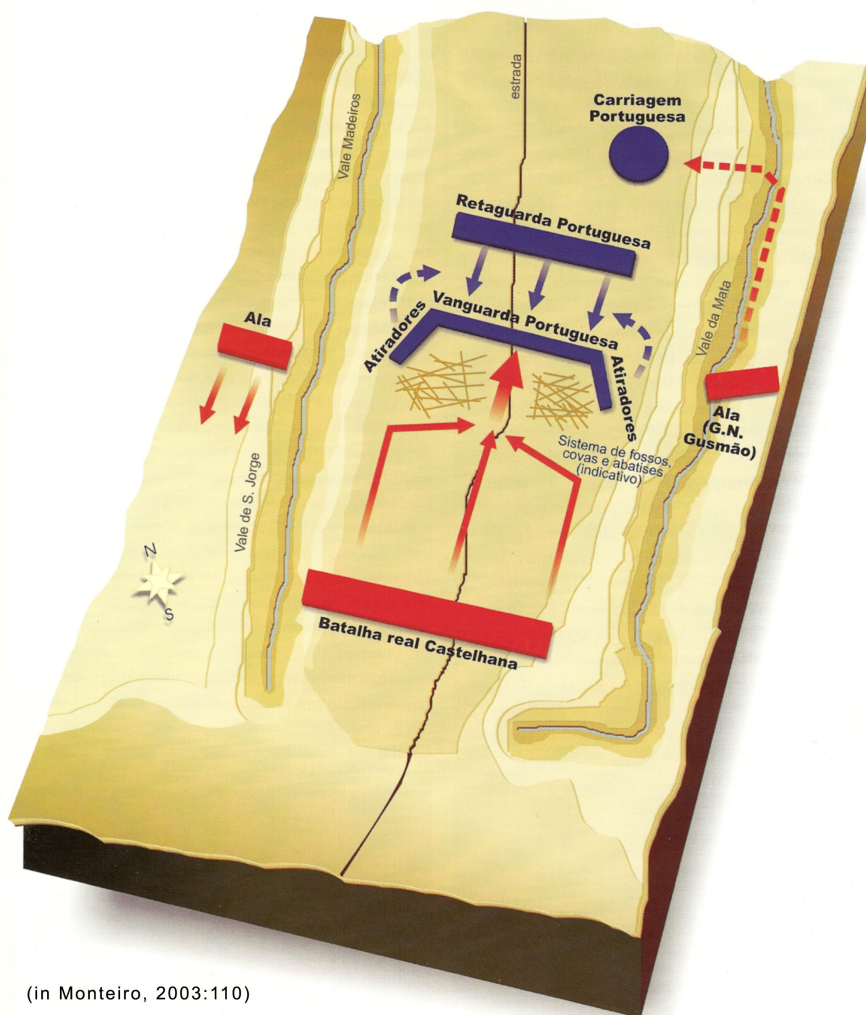
3.º – O terceiro ponto que prometi abordar diz respeito ao “quadrado de Nun’Álvares”. Que me desculpem os ouvintes e os leitores, mas este quadrado é uma ficção, que nenhuma análise cuidada e informada dos dispositivos tácticos utilizados na época, mormente pelos exércitos ingleses (que vimos terem inspirado a solução adoptada em S. Jorge) autoriza. O habitual

era compor dois ou três corpos de batalhas apedadas, numa forma ligeiramente arqueada (com atiradores nas pontas), por vezes apoiados à distância por uma az mais recuada, que funcionava como uma reserva, apta a colmatar qualquer ruptura e disponível para aplicar o *coup de grâce*, sendo caso disso. Mais atrás, era costume posicionar a *carriagem* ou trem de combate, fortificando-a com carroças e atribuindo-lhe uma guarda própria.

Ora, o dispositivo anglo-português em S. Jorge não deve ter diferido muito disto. E, se virmos bem, o próprio Fernão Lopes até o admite. Ao descrever a primeira posição portuguesa, no extremo norte do planalto, o cronista conta que o Condestável preparou tudo e o monarca apareceu depois, para examinar o assunto: “e prougue-lhe muyto de como todo estaua hordenado. E deçeo-sse pee terra, e começaram dhordenar sua batalha dauanguarda e reguarda e allas, e pages e carryagem todos detras cercados dhomens de pee e beesteiros, que nom podessem receber dano” (“Crónica de D. João I. Segunda Parte”, cap. XXXIII, p. 71). Depois, já na posição onde se daria efectivamente a refrega, cerca de dois quilómetros mais a sul, conta Fernão Lopes que, devido à escassez de gentes de combate, não pôde o Condestável organizar senão “duas pequenas aazes, ca nom auya hij pera mais. E na primeira que he chamada auanguarda era o Comdestabre, com sua bamdeira tendida (...). Na alla direita, que naçia da ponta desta aaz, hya Men Rodriguez e Ruy Mendez de Uasconcellos (...). Da outra parte na alla ezquerda eram de mestura com Amtam Vaasques e com outros portugueses alguuns estrangeiros (...)”. Mais atrás, a uma distância não demasiado grande (para que se pudessem socorrer mutuamente), estava posicionada a “reguarda”: “e em esta aaz, cujas pontas çarrauom com a auanguarda, forrada com homens de pee e beesteiros, (...) estaua el-Rey com sua bandeira” (*ibid*, cap. XXXVIII, pp. 84-85).

Em síntese, deduz-se do relato de Fernão Lopes que o exército anglo-português tinha essencialmente duas linhas: i) uma mais adiantada, que juntava a vanguarda de Nun'Álvares, ao centro, com as duas alas (a dos ‘namorados’ e a dos “estrangeiros”, provavelmente adiantadas, para poderem otimizar o seu poder de tiro); ii) e, a “huum razoado espaço”, a retaguarda de D. João I. Tudo isto é perfeitamente conforme a ‘táctica militar inglesa’. E mesmo que levemos a sério a informação do cronista, segundo a qual a ponta da retaguarda portuguesa tocava na respectiva vanguarda (no que

Esquema da Batalha de Aljubarrota – 2.ª Fase



(in Monteiro, 2003:110)

sinceramente não acreditamos muito e contraria até a ideia da escassez de tropas, dada a distância a que alegadamente estavam as duas linhas uma da outra), o resultado final da construção está longe de ser o “quadrado” de que tanto se fala.

No fundo, trata-se aqui de uma atitude mais psicológica do que outra coisa. Trata-se sobretudo de abandonar as pretensões a uma reconstituição geométrica dos dispositivos militares e abrir espaço para uma visão mais dinâmica e mais musculada das formas de organização das azes medievais, tomando como alimento a observação concreta do terreno e a informação científica consolidada sobre os padrões de comportamento tático dos exércitos coevos, muito mais do que as declarações vagas e tantas vezes ingénuas dos cronistas, sobretudo quando estes nem sequer são testemunhas oculares do combate, nem tão-pouco procedem a uma reconstituição isenta do mesmo, por razões que não são nada difíceis de compreender (é sabido que, sobre os fossos e as covas-de-lobo, por exemplo, Fernão Lopes, nada diz).

Em conclusão, proponho uma versão muito mais aberta, mais simples e muito menos geométrica do dispositivo tático anglo-português utilizado em Aljubarrota (Monteiro, 2003: 102 e 110), na qual não há lugar para o “quadrado” de Nun’ Álvares Pereira e onde, pelo contrário, se seguem os princípios gerais que inspiravam o modelo tático de matriz insular que tão boa conta de si vinha dando, desde há várias décadas.

4.º – Um último ponto, neste caso concreto muito menos militar e muito mais sócio-político, conduz-nos à questão do ‘patriotismo’ dos combatentes de Aljubarrota. É um assunto delicado e que quero analisar com cuidado, sem ferir susceptibilidades. Gostaria sobretudo de chamar a atenção para dois aspectos, que, não sendo novos, não têm sido muito valorizados. Em ambos os casos, os trabalhos de José Mattoso sobre a nobreza medieval portuguesa e sobre a identidade nacional, parecem-me incontornáveis.

O primeiro ponto diz respeito ao hábito de considerar as escolhas da fidalguia portuguesa em Aljubarrota como ditadas pelo seu bom ou mau portuguesismo. Sabemos como a narrativa de Fernão Lopes influenciou esta ideia, em particular as suas célebres páginas sobre a ladainha dos

heróis que serviram o Mestre de Avis e que com Nun^o Álvares e seus companheiros andaram pelo reino pregando o evangelho português, ou, em contraste flagrante, sobre as “vergomteas dereitas” da boa e mansa oliveira portuguesa, que se esforçaram por cortar a árvore que as criou e que mudaram o seu doce fruto em amargo licor (“Crónica de D. João I. Primeira Parte”, caps. CLIX e CLX). Claro que o aproveitamento que, durante o Estado Novo, se fez da história da batalha e dos seus heróis também contribuiu, e muito, para alimentar uma efabulação que todavia não resiste a uma averiguação histórica minimamente isenta, por mais sumária que seja.

Na verdade, a repartição de forças da aristocracia portuguesa em Aljubarrota explica-se por motivos bem diversos. Se há efectivamente Portugueses de um lado e do outro da trincheira, não é menos verdade que, regra geral, encontramos os primogénitos (sobretudo os de certas famílias bem posicionadas na corte) ao lado do rei de Castela e os outros junto de D. João I e do seu célebre Condestável. Será que o Pedro Álvares Pereira, Mestre de Calatrava, que serviu D. Juan I e D. Beatriz, amava menos Portugal do que o seu jovem irmão Nuno? Não vale a pena ir por aí. A explicação é sociológica e tem que ver, claramente, com o facto de, em Portugal, desde pelo menos os finais do reinado de D. Afonso IV, se assistir a um processo complexo de recomposição da nobreza de corte. Com D. Pedro I, são já famílias de exilados castelhanos e galegos, como os Teles e os Castros, que desempenham um papel dominante, trazendo embora na sua roda, com maior ou menor boa-vontade, Silvas, Melos e Azevedos, entre outros. Mais tarde, nos finais do reinado de D. Fernando, todos os títulos pertencem a membros dessas famílias: Teles de Meneses, Vilhenas, Castros e Andeiros. E se famílias portuguesas houve (como, aparentemente, os Sousas) que parecem ter resistido razoavelmente a este ciclone político que projectou para a ribalta aqueles que se haviam refugiado em Portugal por ocasião da guerra civil castelhana, a grande maioria das famílias tradicionais portuguesas revelava uma grande dificuldade em sair da mediania e, obviamente, alimentava “surdas invejas” relativamente à “política de favores” posta em prática pelos Teles, rancores estes que “indubitavelmente prepararam as repartições da aristocracia de sangue durante a Revolução” (Mattoso, 1987: 284).

Naturalmente, a morte de D. Fernando, em Outubro de 1383, trouxe todas aquelas contradições à superfície, tanto mais que D. Beatriz, a única herdeira legítima, estava casada com o rei de Castela. Compreende-se por isso, muito bem, o alinhamento partidário que surge a partir de inícios de 1384: ao lado de D. Beatriz e do seu régio esposo cerram fileiras as famílias da alta nobreza cortesã, profundamente reconstituída nos reinados anteriores e muito polarizada em torno dos Castros, dos Teles, dos Meneses e de outras linhagens de exilados castelhanos e galegos, a quem se uniam, por alianças matrimoniais habilmente urdidadas pela rainha Leonor Teles, algumas famílias portuguesas tradicionais, como os Ataídes, os Portocarreiros, os FONSECAS, os Pimentéis, os de Meira ou os próprios Sosas, enquanto outras famílias, como os Azevedos, os Melos e os Silvas iam, como já frisámos, sobrevivendo também na corte, aceitando melhor ou pior a influência dominante que aí era exercida pelos Teles (e pelos ramos que deles descendiam, como os Meneses e os Albuquerque). É sabido que o chefe de fila deste grupo, que defendia a todo o custo o *status quo*, garantisse ele a independência portuguesa ou não, era justamente um exilado galego em Portugal: João Fernandes Andeiro, o mais célebre dos “emperogilados” (nome dado aos partidários de D. Pedro I de Castela que se refugiaram em Inglaterra).

Do outro lado da barricada, encontramos sobretudo filhos bastardos e secundogénitos, vários deles das mesmas famílias anteriormente citadas mas com muito menos hipóteses de afirmação social e de protagonismo político, outros pertencentes a famílias muito mais obscuras, muitos deles, *et pour cause*, com boas carreiras feitas nas Ordens Militares. O seu líder natural é D. João, ele próprio um bastardo régio e Mestre da Ordem de Avis... Estes homens não têm nada a perder e percebem que a renovação da sua condição social, bem como a sua afirmação política e material, exige uma mudança radical na composição da alta nobreza de corte de Portugal. Por isso estão dispostos a apoiar a causa, temerária, do Mestre de Avis e a rejeitar as consequências do acordo de Salvaterra de Magos e o triunfo das pretensões de D. Beatriz e D. Juan I. O seu ‘portuguesismo’ coincide, portanto, com a única via possível da respectiva afirmação social e política. Basta olhar para o património que Nun’Álvares conseguiu reunir após Aljubarrota para perceber exactamente do que falamos...

Entre uns e outros, é ainda possível distinguir uma ‘terceira via’ (que neste caso não teve sucesso), composta por um núcleo não despidendo de famílias da nobreza tradicional portuguesa e onde entram, entre outros, os Pachecos (importantes no reinado de D. Afonso IV), os Cunhas (a que pertencia o primeiro marido de Leonor Teles, forçado ao exílio) e também os Coutinhos e até os Coelhoos, membros de uma nobreza mais discreta e que perdera, após o assassinato de Inês de Castro, a posição a que conseguira alcançá-la em meados do século XIV. Estas famílias, várias delas claramente prejudicadas pelos jogos de poder e sedução organizados a partir da corte régia pela rainha Leonor, pretendem também uma mudança, mas não se revêem no partido radical do Mestre de Avis. O seu candidato natural era o infante D. João de Castro, o filho mais velho de Pedro e Inês. O aprisionamento deste em Castela e a derrota nas cortes de Coimbra de 1385 atiraram-nos, contudo, para uma posição de alguma marginalidade e ambiguidade: heróis em Trancoso, em Maio de 1385, poucos comparecem em Aljubarrota três meses depois, preferindo esperar para ver. Em parte ‘recuperados’ por D. João I logo no início do seu reinado, numa jogada de grande inteligência política, muitos acabam contudo por se afastar do novo rei (sobretudo quando se tratou de entregar alguns dos seus bens à Coroa), optando pelo exílio em Castela, território a partir do qual se mostrarão por diversas vezes disponíveis para fazer a guerra a Portugal. Como se vê, nem neste grupo o factor determinante das escolhas político-militares decorria do amor ao espaço territorial lusitano...

Mas poderia ter sido diferente? Aqui entramos já num segundo ponto, igualmente interessante. Há uma anedota que José Mattoso considera altamente verosímil e que gosta de contar e que eu acho que vale a pena ser aqui recordada. A cena passa-se a bordo de um iate do rei D. Luís, já em finais do século XIX. O monarca cruza-se com um barco de pescadores e grita-lhes: “Ei, vocês aí, sois Portugueses?”. A resposta veio pronta: “Nós outros? Não, meu Senhor! Nós somos da Póvoa do Varzim!” (Mattoso, 1998: 14)...

Ora, se, trezentos anos depois de Camões ter escrito os *Lusíadas*, os pescadores podiam responder deste modo ao seu próprio rei, é natural que, em 1385, esta reacção fosse ainda mais desconcertante. Na verdade, como completa José Mattoso, “a compartimentação das sociedades medievais

fazia prevalecer sobre qualquer outra espécie de vínculos a ligação com o senhor da terra e com a comunidade da aldeia. A dependência para com o rei e os seus delegados era vivida como um fenómeno de uma ordem completamente diferente daquilo que são hoje os direitos e deveres do cidadão. O rei era o senhor dos senhores, ou seja uma espécie de vigilante longínquo, quase ideal, de quem os mais velhos diziam, em algumas terras, que tinha outrora visitado este e aquele lugar, e que portanto podia um dia aparecer de novo, mas nem por isso deixava de ser considerado pela maioria dos camponeses do seu reino como uma espécie de poder extraterrestre” (*ibid*). Assim, a massa de homens da lavoura e dos mesteres que compareceu em Aljubarrota, fê-lo decerto muito mais por necessidade de cumprir as obrigações militares a que estavam sujeitos perante oficiais régios do tipo dos anadéis e dos coudéis, do que propriamente por sensibilidade e adesão à ‘causa nacional’. Poderiam os respectivos senhores ter outras motivações? Não é provável. Como acrescenta José Mattoso, “o vínculo dos portugueses [mesmo o dos nobres mais ligados à corte] com o rei decorria mais da vassalagem do que propriamente do facto de habitarem no território que lhe estava sujeito”; quanto aos outros, que nem vassalos do rei eram e que funcionavam na esfera dos seus próprios senhorios, onde a mão da Coroa chegava com dificuldade ou não chegava de todo, esses “viam o rei como um senhor com o qual não tinham nenhuma relação directa” (*ibid*, p. 15).

Neste enquadramento, pretender atribuir aos actores do 14 de Agosto de 1385 sentimentos de amor profundo ao seu país, de desejo indomável de conservação da independência do seu reino face a Castela, parece-me bastante anacrónico. É certo que Aljubarrota garantiu a independência de Portugal face ao seu poderoso vizinho. O que eu digo é apenas que isso foi mais uma consequência, e não tanto uma causa directa da batalha. Claro que as guerras fernandinas contra Castela, e as que se seguiram a partir do Mestre de Avis, ajudaram a amadurecer aquilo a que José Mattoso chama “o processo de categorização da identidade nacional” (*ibid*, p. 17). Simplesmente, isso sucede apenas no seio de círculos muito restritos, culturalmente evoluídos e decerto próximos do poder político, entre certas elites clericais nomeadamente. O próprio Fernão Lopes pensa ainda no quadro de uma “Casa de Portugal”, à boa maneira senhorial. E não inclui a bandeira portuguesa da segunda dinastia, até D. João II, a cruz verde da Ordem de Avis?...

Nestes termos, o que sugiro é que não se retroprojecte sobre os actores de 1385 categorias, quadros mentais e sentimentos cujo amadurecimento é claramente mais tardio. Aliás, a trajectória posterior (pró-castelhana) de alguns valorosos combatentes de S. Jorge, como João Fernandes Pacheco, comprova a fragilidade da sua ligação afectiva a um qualquer ‘espaço nacional’. E o próprio Nun’Álvares, nas palavras insuspeitas de Fernão Lopes, esteve a um passo de trocar Portugal por Castela, quando o rei o proibiu de ter vassalos e lhe ordenou que entregasse as terras que tinha de préstamo. Se ficou, foi porque o peso de uma doação de bens incomensurável, fundadora do património da Casa de Bragança, o aquietou e lhe deu razões bem concretas para escolher o pequeno rectângulo lusitano. De outro modo, provavelmente também ele teria partido.

Eis, meus amigos, as quatro teses em que assenta a minha reinterpretação da Batalha de Aljubarrota. Sei que não são muito populares, mas esse não é um objectivo que deva preocupar o fazedor de História, aquele a que alguém já chamou “o último dos artesãos”. E, em qualquer dos casos, foi um enorme prazer partilhar convosco estes pontos de vista.

OBRAS CITADAS:Fontes:

- AYALA, Pero López de – *Crónicas*. Edición de José-Luis Martín. Barcelona, Editorial Planeta, 1991.
- FROISSART, Jean – *Chroniques*, Livres III et IV. Edição moderna, de Peter Ainsworth e Alberto Varvaro. Paris, Lettres Gothiques (coleção “Le Livre de Poche”), 2004.
- LOPES, Fernão – *Crónica del Rei dom João da boa memoria. Parte Primeira*. Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1977.
- LOPES, Fernão – *Crónica del Rei dom João da boa memoria. Parte Segunda*. Edição preparada por William J. Entwistle. Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1977.

Estudos:

- DeVRIES, Kelly
1996 – *Infantry Warfare in the Early Fourteenth Century. Discipline, Tactics and Technology*. Woodbridge, The Boydell Press.
- MATTOSO, José
1987 – *A Nobreza e a Revolução de 1383*; in “Fragmentos de uma Composição Medieval”. Lisboa, Editorial Estampa.
1998 – *A Identidade Nacional*. Lisboa, Ed. Gradiva (coleção “Cadernos Democráticos”, n.º 1).
- MONTEIRO, João Gouveia,
1998 – *A Guerra em Portugal nos finais da Idade Média*. Lisboa, Editorial Notícias (coleção “Poliedro da História”).
2001 – *Aljubarrota Revisitada* (coord. de). Coimbra, Imprensa da Universidade.
2003 – *Aljubarrota, 1385. A Batalha Real*. Lisboa, Tribuna da História (coleção “Batalhas de Portugal”).